

Câmara da França aprova casamento de homossexuais

Projeto foi bandeira do presidente Hollande durante eleição; texto ainda precisará de aval do Senado, onde socialistas são maioria

Andrei Netto
CORRESPONDENTE / PARIS

Em um passo histórico para o direito dos homossexuais, a Assembleia Nacional da França – equivalente à Câmara dos Deputados no Brasil – aprovou ontem o projeto de lei que cria o casamento gay no país.

O texto foi validado por 329 deputados e representa uma vitória do governo socialista de François Hollande. Outros 229 parlamentares votaram contra e houve ainda 10 abstenções. Agora, cabe ao Senado referendar a decisão, que colocará parceiros do mesmo sexo em igualdade legal aos casais heterossexuais, até mesmo com direito à adoção. A tendência é de aprovação também no Senado.

Uma das bandeiras de campanha do Partido Socialista (PS) nas eleições de maio passado, que resultaram na vitória de Hollande, o casamento homossexual se transformou em uma verdadeira batalha entre grupos progressistas e conservadores na sociedade francesa.

Ainda que o resultado tenha indicado uma maioria ampla a favor do casamento homossexual, a aprovação não foi simples. Desde novembro, a pressão exercida por grupos conservadores da sociedade civil – movimentos católicos, muçulmanos, associados a militantes de partidos de direita e de extrema direita – vinha crescendo e tomando as ruas. Em 17 de novembro, mais de 70 mil pessoas desfilaram na capital contra o projeto de lei.

Protestos. Em 13 de janeiro, a mobilização em diferentes regiões do interior da França e em

Militantes católicos pedem anulação do voto do Parlamento

● Enquanto no interior da Assembleia Nacional o governo François Hollande obtinha vitória histórica ao aprovar o projeto de lei que legaliza o casamento entre homossexuais, do lado de fora um grupo de cem manifestantes prometia lutar até o fim contra a entrada em vigor do texto.

A mobilização foi promovida pela organização *Manif pour tous* (Manifestação para Todos, em francês), uma ironia em relação ao slogan *Casamento para Todos*. A ONG foi criada para reagrupar os movimentos conservadores. Logo após a derrota na Assembleia Nacional, o líder do movimento, a militante católica Frigide Barjot anunciou que havia solicitado a anulação do voto no parlamento, pedido não acatado pela Justiça.

Além de lutar contra a maioria socialista no parlamento, os conservadores terão de enfrentar a onda pró-casamento homossexual na Europa. Na semana passada, o parlamento da Grã-Bretanha aprovou em primeira instância um projeto semelhante ao analisado na França. / A.N.

Paris resultou em um protesto com 340 mil pessoas, segundo a polícia, e 1 milhão, conforme os organizadores.

Ainda assim, o projeto foi levado ao parlamento, onde enfrentou dura oposição. Foram necessárias 110 horas de discussões,

24 sessões e 10 dias para analisar 4,9 mil emendas apresentadas pelos opositores, uma forma de retardar a aprovação. Enfim, ontem, ocorreu o voto solene que resultou vitória do governo, celebrada pelos deputados com gritos de “Igualdade! Igualdade!” no plenário.

“Essa reforma se inscreve em uma longa linhagem de reformas de cunho republicano”, comemorou o primeiro-ministro, Jean-Marc Ayrault, ressaltando o caráter igualitário da provável nova legislação.

Ovacionada, a ministra da Justiça, Christiane Taubira, definiu o resultado na Assembleia como “um grande momento de emoção”, mas pediu prudência, à espera no voto do Senado. “Foi uma etapa importante, mas não a última”, declarou.

A aprovação também foi saudada pelo prefeito de Paris, o socialista Bertrand Delanoë, homossexual assumido. “O voto na Assembleia é uma etapa fundamental em direção à conquista de um grande progresso. É uma honra para a representação nacional”, afirmou o prefeito, em post publicado no Twitter.

Na fachada da sede do PS, o tom de comemoração foi idêntico. Em uma faixa ilustrada com fotos de casais homossexuais e heterossexuais, a direção do partido celebrou: “Boas festas a todos os que se amam... Verdaderamente a todos”.

Reação opositora. Na oposição, que sofreu defecções – alguns deputados de centro-direita votaram a favor do projeto –, o tom foi de decepção.

“Esse projeto não pode ser aceito, porque coloca em ques-



Polêmica. Parlamentares aplaudem votação em que foi aprovada a união homossexual

tion os fundamentos da família”, lamentou o deputado Jean-Christophe Fromentin, da União Democrática Independente (UDI), partido de centro-direita. “Os franceses entenderam para onde este texto nos leva? Não estou certo disso.”

O projeto ainda precisa seguir no legislativo até ser sancionado pelo Palácio do Eliseu.

As discussões serão retomadas a partir de 2 de abril, no Senado, onde o governo de François Hollande também tem maioria. Desde já, a tendência entre os sen-

nadores é de aprovação.

O projeto aprovado ontem é a maior reforma em direito da família na França desde 1999, quando da criação do Pacto de Solidariedade Civil, equivalente aos termos da união civil estável no Brasil.

Litoral de São Paulo receberá plano de manejo

Governo do Estado vai investir R\$ 2,2 milhões na iniciativa, parte de projeto de recuperação da Serra do Mar



Felipe Frazão

O governo do Estado de São Paulo vai gastar pelo menos R\$ 2,2 milhões na elaboração de planos de manejo para as três Áreas de Proteção Ambiental (APAs) marinhas paulistas: litoral norte, centro e sul. A iniciativa faz parte do Programa de Recuperação Socioambiental da Serra do Mar e Sistema de Mosaicos da Mata Atlântica e tem financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Os planos de manejo serão feitos por um consórcio formado pelas consultorias Idom Internacional e Geotec Ambiental. Os documentos terão por base dados científicos e estudos sobre as APAs, que abrangem toda a extensão costeira do litoral do Estado de São Paulo.

Os planos vão estabelecer as características físicas, biológi-

● **Extensão**
1.123.101 ha
é a área total das três Áreas de Proteção Ambiental (APAs) marinhas paulistas – litoral norte, centro e sul. Juntas, elas englobam 53% do mar territorial do Estado

cas e socioeconômicas das APAs marinhas, dar diretrizes para o zoneamento ambiental, sugerir programas de gestão e definir as restrições de uso das APAs.

O processo de elaboração deverá ter espaços de participação popular. “Nossa prioridade foi fortalecer o processo participativo”, disse a coordenadora da UEP/Meio Ambiente da Fundação Florestal, Marilda Borba Giampietro. “É uma experiência inédita no Estado com vistas à sustentabilidade do ambiente marinho-costeiro.”

A Fundação Florestal convocará para as audiências as comunidades tradicionais, universidades e empresas instaladas na costa, representantes da Marinha, ambientalistas e pescadores. “O mais importante é ser um plano que possa ser executado. Quanto mais participativo melhor, para que quando o governo quiser implantar o plano não sofra resistência porque as pessoas não foram ouvidas no processo”, diz Márcia Hirota, diretora de Gestão do Conhecimento da Fundação SOS Mata Atlântica.

Temas comuns devem ser debatidos, como as fontes de poluição, áreas para mergulho e pesca amadora, tamanho máximo para as redes de pesca, regiões para embarcações turísticas, avaliação do impacto das plataformas de petróleo e as épocas de migração e ciclo de vida de peixes.

Custos. O consórcio Idom/Geotec foi homologado dia 15 de janeiro como vencedor da licitação realizada pela Fundação Florestal. Seis empresas participaram da seleção. O órgão aguarda a formalização legal do consórcio e a autorização do BID para concluir a licitação. Na mesma data, veio a público o aumento

Empresa espanhola faz parte do consórcio vencedor

● O consórcio que venceu a licitação para criar os planos de manejo das três APAs marinhas do litoral paulista é formado por duas consultorias: a brasileira Geotec e a Idom, empresa espanhola com atuação mundial.

Este não será, no entanto, o primeiro trabalho da Idom no País. A espanhola prepara também um estudo de viabilidade do trem de alta velocidade Rio/São Paulo/Campinas.

Entre os projetos ambientais, consta no portfólio da Idom a elaboração do plano diretor de resíduos sólidos de Brasília para o governo do Distrito Federal, feito de 2006 a 2008. /F.F.

no valor do serviço. À época da apresentação das propostas, o Idom/Geotec fez proposta de R\$ 1.543.500 – sem impostos, como o BID tem recomendado. Mas na homologação no *Diário Oficial* do Estado, o valor subiu para R\$2.224.724,94 – 44% a mais.

Segundo a Fundação Florestal, “a razão da diferença foi o acréscimo de impostos”. “Tal procedimento do BID visa a igualdade de condições na disputa licitatória para a contratação de serviços de consultoria”, disse Marilda Giampietro.

A fundação selecionou o Idom/Geotec com base na qualidade da proposta técnica e nos custos, uma das formas de contratação de consultores aceitas pelo BID. A nota recebida foi 78,38 pontos. O Instituto Ekos, prete-



Turismo. Parque Estadual da Ilha Anchieta terá estudo para desenvolvimento sustentável

rido na seleção, recebeu 71,09.

Prazo. Em outubro, a criação das três APAs marinhas completará cinco anos, data limite para que os planos de manejo sejam criados, segundo a legislação federal do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). O contrato, no entanto, tem previsão de durar 17 meses, com apresentação dos planos revisados e publicados somente nos dois últimos meses.

Para Ana Moeri, o prazo “é curto”, mas já vem sendo exigido pela Fundação Florestal. Durante a licitação, representantes das empresas haviam dito que o número de oficinas e reuniões era “incompatível com o tempo previsto”. A Fundação Florestal disse que isso poderia ser revisto.

PARA ENTENDER

Estudo define gestão de região

Os planos de manejo são documentos que definem como deve ser feita a gestão das unidades de conservação, entre elas as Áreas de Proteção Ambiental (APAs). Neles, ficam estabelecidas as normas de zoneamento ambiental e o grau de proteção de cada trecho, bem como as atividades que são permitidas para cada área das APAs – de uso sustentável, com possibilidade de existência de casas, visitação

pública e pesquisa ambiental. Eles trazem informações como a lista de espécies de fauna e flora, as regiões mais preservadas e também quais são as unidades de conservação que estão mais degradadas. Os planos de manejo são elaborados por uma equipe multidisciplinar e levam em conta características da composição física, biológica e socioeconômica dos ambientes. Os planos devem ser feitos com objetivo de desenvolver o local de forma sustentável, promovendo também a conservação dos recursos naturais.